

Prazo para alfabetização é pequeno, dizem técnicos

Da Sucursal de Brasília

Dirigentes da Fundação Educar, órgão do Ministério da Educação encarregado da alfabetização de adultos, consideram "muito difícil, mas não impossível", a erradicação do analfabetismo no Brasil em dez anos, conforme emenda aprovada pelo Congresso constituinte.

"Tudo depende da vontade política para isso, que nunca houve no Brasil", afirmou a diretora técnica, Maria Núbia Bonfim. "Impossível não é, mas acho que é mais um dispositivo para não ser cumprido", disse o diretor de operação, Antônio Correia.

Atualmente, o número de analfabetos no Brasil gira em torno de 30 milhões, segundo Correia. A Fundação Educar (ex-Mobral), através de convênios com órgãos públicos e privados, espera atender este ano 2,5 milhões de alunos — duas vezes mais do que no ano passado e quatro vezes mais que em 1986. O orçamento previsto para o órgão este ano é de aproximadamente Cz\$ 9 bilhões, considerados insuficientes.

Professores leigos

"O problema é que o ensino regular (de 1º grau) não consegue atender a demanda, e a cada ano a nossa clientela aumenta", disse Correia. A Fundação Educar só atende alunos com mais de 15 anos e calcula-se que haja cerca de 8 milhões de alunos entre 7 e 14 anos fora da escola.

Outro problema, segundo Núbia, é a falta de capacitação dos professores. Mais da metade dos 170 mil

professores dos órgãos conveniados com a Educar é leiga (com o 1º grau incompleto, 2º grau incompleto ou 2º grau completo sem especialização para o magistério). Para remediar o problema, a fundação criou um programa de capacitação à distância (por correspondência ou por rádio e televisão), para tentar melhorar o nível dos professores.

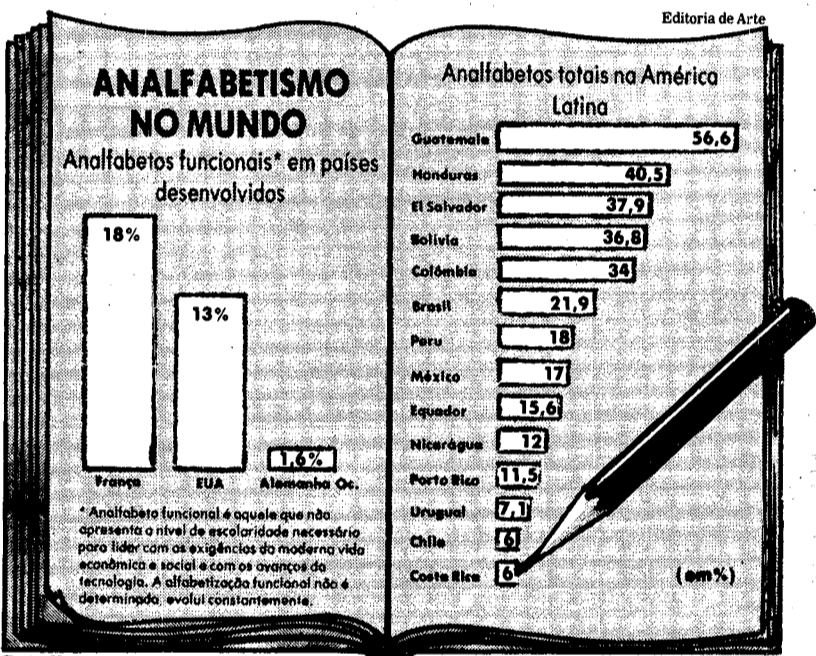
Núbia e Correia afirmam que a alfabetização não pode ser feita por "programas de massas", como foi tentado sem êxito pelo Mobral. Eles defendem o atual método da fundação, que ensina em pouco menos de três anos o correspondente às quatro primeiras séries do 1º grau. Correia chegou a comparar a fixação de prazos para a erradicação do analfabetismo, como fez a constituinte, com "as políticas de alfabetização em massa dos regimes totalitários".

Utopia

Segundo Núbia, não é utopia falar em erradicação do analfabetismo no Brasil, quando mesmo os países desenvolvidos ainda têm este problema. Ela disse que por erradicação deve-se entender que o analfabetismo permanece em nível "residual", por causa das pessoas que não estudam por uma opção pessoal.

Os dois diretores não souberam dizer qual o volume de recursos necessários para o fim do analfabetismo em dez anos. Também não souberam calcular quanto tempo será preciso, se for mantida a atual política de educação, para se atingir o objetivo de acabar com o alto número de analfabetos no país.

Editoria de Arte



Irrealismo marca metas do governo

Da Redação

O Congresso constituinte aprovou na última quarta-feira o artigo 32 das Disposições Transitórias da nova Constituição que se propõe a "no prazo máximo de dez anos, eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental". As autoridades responsáveis pelo problema da educação Brasil têm apresentado, desde antes da criação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) em 8 de setembro de 1970, uma visão otimista da questão.

As estimativas oficiais brasileiras consideram alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples na língua que conhecem. Segundo esse conceito, os dados de 1983 do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam que 21,9% das pessoas com mais de 15 anos, no Brasil, são analfabetas.

As afirmações sobre o assunto proliferaram com maior intensidade na época da criação do órgão. Mário Henrique Simonsen, o primeiro presidente do Mobral, afirmou em agosto de 1970 que "até o final da década de 70, não deverá haver mais analfabetos no Brasil, pelo menos na faixa até 35 anos". Em 1972, o IBGE divulgou um estudo que previa que em 10 anos o analfabetismo atingiria apenas 10% da população.

As afirmações otimistas continuam a ser feitas até hoje. O presidente José Sarney declarou na abertura da Campanha Interamericana de Alfabetização que "O Brasil está decidido a entrar no século 21 como um povo alfabetizado". As condições para isso não foram esclarecidas.

Manoel Raimundo de Souza Júnior, 40, técnico educacional da Fundação Educar, que substituiu o antigo Mobral afirma que é impossível erradicar o analfabetismo em dez anos. Um dos problemas identificados por ele é o preconceito da sociedade em relação ao analfabeto.

Outro problema enfrentado pela fundação, segundo Souza, é a incerteza quanto a seu orçamento. O órgão sobrevive de incentivos fiscais que as empresas podem aplicar, até o limite de 2% do imposto devido, em programas de alfabetização. Isso faz com que o projetos de médio e longo prazos se tornem inviáveis, diz ele.

O educador Paulo Freire, acha o dispositivo constitucional "lastimável". Segundo ele, "é possível acabar com o problema em um prazo muito menor".

O analfabetismo não é problema exclusivo do Brasil. Na Alemanha Ocidental, onde a educação é obrigatória há 64 anos, ainda há, segundo dados da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) cerca de 1 milhão de analfabetos. Destes, cerca de 98% são os chamados analfabetos "funcionais". Alguns países desenvolvidos utilizam esse outro conceito, que se difere do analfabetismo completo porque as pessoas nessa situação são capazes de ler coisas simples, mas não são capazes de lidar com informações escritas mais complexas.

Nos EUA a situação é mais grave. Cerca de 13% da população com mais de dez anos de idade é constituída de analfabetos funcionais (veja quadro).

Isso significa um contingente de cerca de 20 milhões de pessoas. A França não apresenta um melhor quadro: 19% da população é considerada analfabeta total ou funcional.

O norte-americano Philip Fletcher, estudioso da questão da educação adulta, afirmou que "o Mobral pretende afastar uma preocupação pessimista com alguns dos problemas mais graves do Brasil, substituindo-a por uma espécie de gratificação psicológica, na forma de promessas e esperanças para o futuro". A promessa, agora, virou lei.